

RESOLUÇÃO CERH Nº 11, DE 03, SETEMBRO DE 2010
DOE Nº 31.770, DE 11/10/2010.

Dispõe sobre o cadastro estadual de usuários de recursos e dá outras providências.

O CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 44 da Lei Estadual nº 6.381, de 25 de julho de 2001, que regula a Política de Recursos Hídricos do Estado do Pará, alterada pela Lei Estadual nº 7.026, de 30 de julho de 2007, e

CONSIDERANDO ser fundamento da Política Nacional e Estadual de Recursos Hídricos a gestão das águas na perspectiva de Bacia hidrográfica, e ser uma de suas diretrizes gerais de ação a articulação entre a União e os Estados tendo em vista o gerenciamento dos recursos hídricos de interesse comum, em conformidade com os artigos. 1º e 4º da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997;

CONSIDERANDO a necessidade de atuação integrada dos órgãos componentes do Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos na execução da Política Estadual de Recursos Hídricos, em conformidade com as respectivas competências;

CONSIDERANDO a necessidade de reestruturação da base cadastral de usuários de recursos hídricos do Estado do Pará e da redefinição dos critérios para cadastramento para estruturação do Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos – SEGRH,

RESOLVE:

Art. 1º Utilizar o Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos – CNARH – como ferramenta destinada ao registro dos usos de recursos hídricos no Sistema Estadual de Informações de Recursos Hídricos, como subsídio ao Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado do Pará.

Art. 2º Para implementação dos procedimentos de cadastro nos corpos hídricos de domínio do Estado e acesso à base cadastral de usuários de recursos hídricos, o Órgão Gestor da Política Estadual de Recursos Hídricos deverá articular-se com a Agência Nacional de Águas – ANA.

Art. 3º O CNARH é registro obrigatório para pessoas físicas e jurídicas de direito público ou privado que realizam pelo menos uma interferência direta em corpos hídricos de domínio estadual.

§ 1º O registro no CNARH será realizado pelos usuários de recursos hídricos que, quando necessário, poderão ser chamados a complementar as informações.

§ 2º Os usuários que se cadastrarem integrarão o Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos, instituído pela Resolução ANA nº 317, de 26 de agosto de 2003.

§ 3º Os usuários que já requereram ou detêm a outorga de uso de recursos hídricos deverão realizar o cadastramento no CNARH.

§ 4º Os usuários assumem a responsabilidade sobre a veracidade das informações prestadas ao registro no CNARH podendo responder administrativamente, sem prejuízo das sanções penais e civis cabíveis, pelas informações incorretas declaradas.

Art. 4º Os usuários de recursos hídricos deverão realizar o cadastramento via formulário eletrônico do CNARH, disponível no Sítio do Órgão Gestor da Política Estadual de Recursos Hídricos.

Parágrafo único: o usuário que não dispõe de acesso ao formulário eletrônico deverá buscar orientação junto ao Órgão Gestor ou às Unidades Regionais.

Art. 5º O formulário de cadastro no CNARH é documento obrigatório para solicitação de Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos no Estado.

Parágrafo único: É de responsabilidade do usuário manter os dados atualizados no CNARH.

Art. 6º O usuário que solicitar suspensão, desistência ou extinção de outorga terá este ato registrado no cadastro do CNARH pelo órgão gestor estadual de recursos hídricos.

Art. 7º O usuário que solicitar a Declaração de Dispensa de Outorga ou a Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica deverá preencher o CNARH.

Art. 8º Todos os usuários que detêm a outorga de direito de uso de recursos hídricos ficam convocados a preencher o CNARH, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a partir da data de publicação da presente Resolução.

Art. 9º Revoga-se a Resolução de nº 006 deste Conselho, datada de 03 de setembro de 2008.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANIBAL PESSOA PICANÇO
Secretário de Estado de Meio Ambiente

[Ver no Diário Oficial](#)

Este texto não substitui o publicado no DOE nº 31.770, de 11 de outubro de 2010.